
RESENHA

O MUNDO RURAL NO BRASIL DO SÉCULO 21

Obra resenhada:

BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria da; NAVARRO, Zander (Org.). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

*Zander Navarro*¹

Um esclarecimento preliminar é necessário. Esse é apenas um breve comentário de apresentação sobre o livro supracitado, não sendo uma resenha em seu significado técnico. Uma resenha pressupõe uma apreciação necessariamente crítica à luz do conhecimento acumulado e dos fatos empíricos. É avaliação que exige distanciamento da publicação analisada. Não é o caso do autor dessas notas, pois está fortemente envolvido, desde o primeiro momento, com a iniciativa original que desencadeou um conjunto de esforços que, ao fim e ao cabo, gerou o livro ora lançado.

As raízes de *O mundo rural no Brasil do século 21* nasceram, especialmente, de duas motivações. A primeira está relacionada ao contínuo acúmulo de evidências empíricas relativamente inesperadas, as quais foram se multiplicando ao longo dos anos no período recente. Registre-se, por exemplo, o crescimento ininterrupto da produção agropecuária e a quebra de recordes, ano após ano: de 1975 a atualmente, a produção pulou de 45 milhões para 200 milhões de toneladas de grãos. Mas a lista de fatos ilustrativos e reveladores é quase infindável e demonstra a pujança não somente tecnológica e produtiva, mas também econômico-financeira de um espaço da sociedade e sua principal atividade, antes entendidos isoladamente e percebidos como atrasados:

¹ Engenheiro-agrônomo, Ph.D. em Sociologia, pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia (SIM), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Parque Estação Biológica – PqEB, s/n, CEP 70770-901 Brasília, DF. zander.navarro@embrapa.br

o mundo rural e a agropecuária. Em oposição à depreciação social antes existente, ambos são atualmente notados e analisados como intrinsecamente modernos e articulados aos demais setores econômicos e à vida urbana, assim aproximando o campo da cidade, em todos os sentidos, incluindo as facetas sociais e culturais.

Se essa transição ocorreu, então muitas perguntas podem ser arroladas. Entre elas, o que significaria, para a vida rural, o Brasil ocupar as primeiras posições, como ofertante mundial, em uma lista de diversos produtos alimentares? Quais as implicações de surgirem empresas de destaque (e até primazia) no comércio mundial de matérias-primas agropecuárias? Qual a importância de terem sido ampliados os destinos das exportações para quase duas centenas de países? Que repercussões poderiam ser identificadas, quando as estatísticas indicaram que a China expandiu 400 vezes o total de suas importações de soja brasileira, de 1985 a 2012? Do ponto de vista sociológico, quais as consequências socioculturais associadas a essa verdadeira revolução produtiva no campo? As respostas nos levariam imediatamente à conclusão que seria, intuitivamente, a mais óbvia: riqueza estaria sendo gerada em proporções crescentes e, examinado o mapa da distribuição espacial das regiões de dinamismo produtivo, aqueles montantes monetários estariam agora irrigando muitas partes do País, não mais se concentrando com exclusividade nas antigas áreas tipicamente comerciais de nossa história rural, como foi o caso da cafeeicultura paulista em tempos pretéritos. Na década de 1990, o Estado de Mato Grosso sequer seria lembrado em alguma discussão sobre o desenvolvimento agrícola, mas, atualmente, como interpretar o fato de ser esse um estado que concentra praticamente um quinto da área agrícola de plantio do País? Em síntese: que impactos e transformações decorreriam de tantas e surpreendentes evidências empíricas? E como explicá-las?

Essa foi, portanto, a primeira motivação que merece ser citada. Era preciso um esforço que nos permitisse dar um passo além, em nossas visões e leituras analíticas ainda presas, talvez exageradamente, ao passado e às suas tradições analíticas. Foi adensando-se, entre muitos pesquisadores, uma sensação de desconforto, ante a insistência de explicar as realidades agrárias sob âncoras conceituais antigas, quase obsoletas, pois ou o mundo rural estava em rápida transformação ou, então, até mesmo muitas de suas particularidades anteriores deixaram de existir. Sendo este um país de vivência rural muito forte há apenas duas gerações, com cultura, linguagem, literatura e costumes

ainda enraizados, em alguma proporção, nas vicissitudes do mundo rural, as evidências que passaram a ser recolhidas impuseram um sentido de urgência a novos esforços de investigação científica. Um “novo padrão agrário e agrícola” estaria em formação: se comprovada essa verificação, como analisar tanto essa passagem histórica como os novos modos produtivos no campo?

Uma segunda motivação, contudo, foi sendo também fermentada em anos do século 21, tornando ainda mais urgentes as iniciativas de investigação novas e mais ousadas, solidamente ancoradas nas práticas da pesquisa e no conhecimento científico. Essa segunda justificativa foi sendo gestada a partir de uma inquietação, crescentemente percebida por muitos, e em diferentes âmbitos, qual seja: a verificação de estar sendo forçada uma “narrativa dominante”, inspirada em círculos partidários e imposta com base no peso do Estado e suas políticas, chegando algumas vezes a cercear a necessária liberdade de opinião e os confrontos argumentativos que a ciência exige para seu desenvolvimento. Como citado na Introdução do livro, na

[...] nova fase de enraizamento democrático, as disputas políticas vêm se acirrando e, como seria esperado, cada grupo político que conquista o poder procura enraizar ‘a sua narrativa’, esperando que ela possa se tornar dominante, quem sabe hegemônica, para assim fincar mais fundo as estacas de sua dominação partidária. Nos últimos anos, esse mecanismo político – que é legítimo, diga-se de passagem – vem se exacerbando, gerando efeitos deletérios e cerceando a necessária amplitude dos debates sobre os processos sociais rurais [...] (p. 44).

Em uma modesta tentativa inicial de ampliar os debates e destacar as mudanças observadas no campo e, assim, movidos especialmente pelas duas razões acima, os quatro organizadores do livro citado escreveram um artigo que foi publicado na *Revista de Política Agrícola*, em junho de 2013 (BUAINAIN et al., 2013). O texto foi intitulado “Sete teses sobre o mundo rural brasileiro” e propunha, na ocasião, um conjunto de hipóteses de trabalho sobre as transformações em curso nas regiões rurais brasileiras. Ao serem as teses expostas ao escrutínio público, foi feito um convite à comunidade de estudiosos que se interessa pelos processos sociais e econômicos rurais para que fossem aprofundados os debates dos organizadores do livro citado, mas sem interdições prévias e sem imposições de enquadramento teórico, menos ainda aquelas de ordem claramente ideológica.

Em sua essência, aquele artigo pode ser lido, de fato, de uma forma mais esquemática: existiriam duas proposições principais – das quais decorreriam as

outras cinco “teses sobre o mundo rural” em nosso País – que seriam, sobretudo, efeitos dos dois argumentos gerais iniciais. Esses últimos enfatizaram, de um lado, a presença, cada vez mais decisiva, da face financeira da atividade agropecuária e sua crescente complexidade para os agentes econômicos envolvidos nas cadeias agroindustriais. E, de outro lado, defendeu-se que o conduto principal dessa face financeira é, *lato sensu*, a inovação, entendida não meramente como “adoção de novas técnicas” no âmbito dos estabelecimentos rurais – como foi realizado no passado. Inovação é um processo mais amplo, intrincado e analiticamente desafiador, como asseverado em um dos capítulos do livro, ainda que essa faceta continue sendo relativamente ignorada pela vasta maioria dos estudos, pois “(...) a agricultura continua sendo tratada como um capítulo à parte do capitalismo, em pleno século XXI. É como se o processo de desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação na agricultura nada tivessem a ver com o mesmo desenvolvimento alhures” (p. 382), como advertem os autores desse capítulo. Dessa forma, as mudanças operadas no campo brasileiro, nos últimos 15 a 20 anos, parecem estar sendo submetidas a uma nova equação, que é a “fonte da animação” da atividade: finanças + inovação. Esse poderia ser o substrato principal do “novo padrão agrário e agrícola” em desenvolvimento nas regiões rurais e, se verdadeiro e efetivo, então as outras cinco hipóteses de trabalho, ainda que não venham a ser provadas concretamente em sua totalidade, pelo menos teriam uma inteligibilidade analítica que deveria motivar novas agendas de pesquisa. Elas propõem novas pesquisas que podem constituir-se em (1) um “desenvolvimento bifronte” que aprofunda de forma inédita a diferenciação social, tornando célere um processo de seletividade entre as famílias rurais. Mas as teses também indicam a exacerbação, igualmente inédita, de um “encurralamento schumpeteriano” em operação nas regiões rurais, o que poderia (2) gerar uma “via argentina” de desenvolvimento agrário. Essa última designação sugere outra das teses, mas não passa de uma provocadora metáfora destinada a apontar um processo de esvaziamento do campo e a aceleração da urbanização concentrada em algumas poucas regiões metropolitanas.

Duas outras teses-efeito são mais controvertidas: se o processo econômico-financeiro e o aprofundamento tecnológico têm sido avassaladores, por que então (3) os ecos sociais e culturais, além de políticas governamentais ou, até mesmo, uma narrativa teoricamente relacionada à esquerda agrária convencional ainda se mantêm, mimetizando um passado que não existe

mais? Por que persistem interpretações que foram tão influentes, digamos, do pós-guerra até a década de 1980, quando o “novo padrão”, já em meados da década de 1990, passou a corroer rapidamente as facetas sociais e econômicas que moldaram as regiões rurais naqueles tempos idos? Ainda é razoável defender a existência de uma questão agrária convencionalmente definida, como se estivéssemos na década de 1950? Uma das teses propostas, portanto, demanda uma rediscussão mais aberta e sem peias ideológicas sobre os novos tempos e suas transformações estruturais. A outra tese (4) diz respeito à ação governamental e é ainda mais polêmica, pois sugere que o Estado brasileiro estaria agindo como “se satisfeito estivesse” com o desempenho econômico da agropecuária, enquanto, ao mesmo tempo, estaria fechando os olhos aos temas sociais (como a pobreza rural) e aos processos socialmente indesejáveis (como a concentração da produção). Dessa forma, como resultado, o Estado brasileiro estaria abandonando “com elegância” (pois, discretamente) seu ostensivo papel intervencionista e sendo crescentemente de corte mais liberal, deixando a atividade econômica agropecuária fluir sem muitas amarras, como se fosse um sereno rio a seguir seu curso. Um dos artigos do livro registra, por exemplo, a redução de praticamente R\$ 100 bilhões nos gastos públicos efetivamente executados nas duas principais funções do Estado federal (agricultura e organização agrária), quando comparados os gastos da década de 1990 com aqueles do período seguinte (2000–2009).

Finalmente, existiria ainda outra proposição geral apresentada para completar o conjunto das setes teses, esta sobre o desenvolvimento agrário das últimas duas décadas, em que se propõe que (5) nem mesmo as regiões mais prósperas têm garantido a permanência dos pequenos produtores rurais, ou têm atenuado o processo de encurralamento social e econômico experimentado por esse vasto conjunto de estabelecimentos rurais de menor porte econômico. Após um estudo empírico das regiões brasileiras, houve evidência de prosperidade regional em algumas (poucas) regiões brasileiras, registrada pelos indicadores gerais, mas esse curso de desenvolvimento mais favorável não tem sido uma salvaguarda suficiente para garantir a saúde econômica daqueles estabelecimentos rurais: também nessas regiões, o abandono da atividade agropecuária e a vigência de diversos processos sociais e demográficos têm sido verificados. Tomem-se os casos da Serra Gaúcha, o Oeste Catarinense, o Sudoeste e Oeste do Paraná e tantas regiões paulistas e do centro do País, e se verificará que nos casos de desenvolvimento agrícola

dinâmico, comprovado por diversos indicadores, a decorrente prosperidade regional tem significado chances sociais novas para os pequenos produtores, mas não necessariamente sua integração econômica e produtiva mais eficaz e duradoura – para um caso paradigmático, consulte-se Miele e Miranda (2013). Em seu conjunto, diversos capítulos do novo livro claramente apontam, portanto, ser essa a nova questão social no campo brasileiro, que nada tem a ver com temas anteriores, como a reforma agrária ou outros chamados “passivos históricos”. Essa emergente questão social diz respeito às possibilidades de ainda ser resgatada uma parcela gigantesca de famílias rurais agricultoras que moram nos estabelecimentos rurais de menor porte econômico. Assim, simplificada, essa é a questão social que atualmente é relevante nas áreas rurais, sendo surpreendente que muitos analistas ainda insistam com temas que, concretamente, deixaram de ter alguma importância, social ou política, especialmente os focos relacionados à distribuição da terra.

Mais de um ano depois, as “sete teses” produziram uma relativa repercussão em alguns âmbitos de pesquisa e ensino, ainda que pouca reação analítica escrita. Mas seus autores recolheram diversas críticas informais, em face de uma alegada comprovação concreta não substantiva e da argumentação demasiadamente sucinta do artigo. Esse foi o fato gerador do segundo passo – desenvolver um “projeto sete teses” –, cujo objetivo seria dialogar com aquelas críticas, aprofundando os temas e subtemas, com artigos que esmiuçassem as proposições gerais. Esse passo seguinte foi iniciado com uma reunião para debates, realizada em novembro de 2013, em Campinas, durante a qual foram apresentadas as primeiras vias analíticas dos artigos por seus autores, seguidas de discussões com todo o grupo.

Como resultado, foi sendo elaborado um conjunto de textos para analisar vários assuntos focalizados pelas sete teses: existiria mesmo uma “via argentina” de desenvolvimento agrário? Seria possível, concretamente, afirmar que “o passado rural está deixando de existir”? O que significaria, em termos práticos, o processo de financeirização da agricultura? Como integrar, analiticamente, os estabelecimentos rurais, especialmente os menores, ao processo mais geral de inovação? Como interpretar, com estatísticas rigorosas, a ação governamental em nossos dias? Quais os destinos regionais da pequena produção rural? O que os indicadores demográficos apontam? E as perguntas se seguiriam, em uma listagem que poderia não ter fim. As indagações foram hierarquizadas em suas potencialidades analíticas e, posteriormente,

se tornaram artigos em construção, à medida que os colegas convidados aceitaram o desafio. Devem-se lembrar, nesse particular, dois aspectos importantes para o registro documental, em relação ao livro recém-lançado. Em primeiro lugar, observa-se o fato de apenas um colega ter recusado o convite, entre todos aqueles que foram sondados para assumir a responsabilidade de produzir um artigo (e um trabalho voluntário, ressalte-se, pois não houve remuneração). Esse foi um sinal revelador que demonstrou que as duas motivações antes citadas eram compartilhadas por um número maior de colegas, além dos autores do artigo original. Em segundo lugar, destaca-se o fato de os organizadores exigirem irrestrita pluralidade de enfoques, pois não houve, em nenhum momento, a menor sugestão de algum enquadramento teórico ou conceitual, cada autor se sentindo absolutamente livre para lidar com os temas propostos como julgasse mais apropriado e analiticamente eficaz. Como os leitores comprovarão facilmente, o livro se caracteriza por abrangente e saudável pluralismo interpretativo.

Assim nasceu esse extenso livro, com 51 pesquisadores-autores dos 37 capítulos (incluindo a Introdução e a reprodução do artigo original), ligados a mais de 20 instituições de pesquisa, também incluindo estudiosos ligados a empresas privadas e a órgãos governamentais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Senado Federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os grupos maiores de autores são ligados à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e ao Instituto de Economia da Unicamp, em colaboração que se mostrou muito promissora, quem sabe abrindo outras parcerias futuras. Além disso, o grupo mesclou pesquisadores com “mais estrada” e de reconhecida produção científica com jovens pesquisadores, estimulando diálogos que a iniciativa mostrou serem férteis e que poderão repetir-se em futuras experiências de cooperação científica. Para a honra de todo o grupo, a publicação inicia-se com ensaios (quase na forma de testemunhos) de dois dos maiores cientistas sociais brasileiros – o economista José Roberto Mendonça de Barros e o sociólogo José de Souza Martins. A ambos foi solicitada uma reflexão sobre “a presença do passado no presente rural do Brasil” e, cada qual a seu modo, ambos abriram o livro com argumentos instigantes sobre as faces do passado em nossa “modernidade postiça”, como costumeiramente intitula Martins em seus livros sobre a sociedade brasileira.

É impossível registrar adequadamente, em uma curta apresentação, esse livro de mais de mil páginas e suas inúmeras conclusões, nuances analíticas e temas, cuja discussão é relevante para os destinos do mundo rural brasileiro. Dessa forma, meramente sob a forma de alguns poucos “flashes” que possam servir como um convite aos futuros leitores da publicação, apresentam-se a seguir alguns argumentos mais provocativos, extraídos dos diversos artigos que formam a coletânea (na forma de capítulos separados em oito partes, sete delas respondendo diretamente às teses originais). Ou, então, indicam-se implicações para o debate, as quais são decorrências lógicas das conclusões de diferentes capítulos da coletânea. São rápidos comentários centrados, sobretudo, em veios econômico-financeiros e tecnológico-produtivos, pois esses são os eixos principais da publicação ora sendo lançada.

Inicialmente, comentam-se os temas da *história*. Estão presentes, ou nas entrelinhas, ou mais explicitamente, em muitos capítulos do livro. Como ilustração, um texto, entre os iniciais, destaca a nossa modernização parcial e inconclusa, por duas razões principais. A primeira é que nunca ocorreu uma reforma estrutural que democratizasse os meios de produção, especialmente a terra; assim, criou-se uma modernização muito concentrada e, por conseguinte, socialmente excludente. E a segunda razão é que se ignorou a necessidade de prover educação em geral para as populações rurais, sempre mantidas à margem, até mesmo de direitos elementares, estendidos ao campo apenas no período contemporâneo. Em outro capítulo, já no bloco de artigos conclusivos, se apresenta uma interessantíssima comparação censitária (incluindo mapas e fotografias) entre os Censos Agropecuários relativos às décadas de 1950 e 1960 e o mais recente Censo Agropecuário de 2006. É surpreendente observar visualmente, por exemplo, a distribuição de tratores no Brasil, que parecem ter existido, naquelas décadas passadas, apenas em São Paulo, tamanha a sua raridade nos demais estados. Mas o olhar histórico também está presente em avaliações sobre a ação governamental e suas políticas para as áreas rurais, concluindo-se que estaríamos acertando, no geral, mesmo que sob o peso continuado da improvisação e da falta de mais rigor e análise na formulação das políticas estatais. São diversos os capítulos do livro que analisam diretamente a ação governamental, em especial um bloco de textos reunidos na Parte VI do livro, os quais reagem à tese que adverte que o Estado estaria saindo “à francesa” do campo brasileiro. O peso da história e suas implicações na ação do Estado, nessa parte, também emerge vivamente em dois capítulos

que discutem a política de assistência técnica e extensão rural, no tocante às suas necessidades atuais e, igualmente, a delimitação que seria possível do provável público beneficiário. Em um dos artigos sobre esse tema, os autores são realistas ao insistirem que “escolhas precisarão ser feitas”, em relação ao público-alvo, pois os recursos são escassos e, mesmo assim, ainda existiria um grupo, estimado em dois milhões de estabelecimentos rurais (especialmente entre os pequenos), que demanda urgente acesso às tecnologias modernas como a única via possível de sua permanência na atividade.

Apesar de serem em menor número, alguns artigos do livro também se inspiram densamente nos *processos políticos*. São aqueles textos, principalmente, de um bloco de artigos que discutiria a polêmica “quarta tese”, antes referida – aquela que sugere que “a história não terminou, mas o passado vai se apagando”. Em especial, dois capítulos apresentam argumentos diametralmente opostos: um deles enfatiza que a questão agrária no Brasil é “uma história sem fim” e afirma sua continuidade, enquanto outro capítulo afirma o “passamento da questão agrária”, exatamente como resultado das fortes mudanças produtivas e econômicas, as quais teriam, na prática, eliminado as marcas principais da questão agrária, pelo menos como havia sido discutida em décadas passadas. Mas a política também está presente em outros artigos que formam a coleção. Em um capítulo que discute os riscos que predominantemente afetam a atividade agropecuária em nossos dias, os autores também sustentam existir uma ameaça sob a forma de riscos políticos e institucionais, especialmente associados à fragilidade dos ministérios da área, aos loteamentos partidários frequentes dos quais tais órgãos têm sido vítimas, à redução orçamentária e a outros problemas que se originam, em particular, na esfera da política.

A publicação, como seria inevitável, também lida com diversos temas emergentes. Muitos artigos abordam, por exemplo, o *foco ambiental*. É tema tratado em diversos capítulos do novo livro, sob ângulos distintos, embora especificamente analisado em um dos textos, no qual o autor destaca uma inevitabilidade da agricultura moderna, que é sua simplificação produtiva, já evidenciada nas agriculturas dos países do chamado capitalismo avançado. Refere-se a regiões nas quais o tempo reduziu o número de atividades agropecuárias no interior dos imóveis rurais, pois a crescente complexidade assim o exige. Dessa forma, com o passar do tempo, a monocultura vai se impondo como a marca principal dos formatos técnicos correspondentes à

agricultura moderna, o que seria incompatível, como argumenta o autor desse capítulo, com a resiliência do solo e o manejo desenvolvido pela ciência agrônoma. Em decorrência disso, conclui o mesmo texto, “o agronegócio será (forçosamente) ecológico” em algum tempo futuro não muito distante, uma inevitabilidade histórica destacada no texto citado.

O livro também conta com capítulos que analisam *indicadores demográficos*. Estes são particularmente relevantes de serem investigados, pois os atuais processos econômicos e financeiros típicos da modernização agrícola, enquanto aprofundam o sucesso produtivo e tecnológico, estariam promovendo simultaneamente uma varredura social, esvaziando como nunca as regiões rurais, porque dobrou o valor agregado da produção agrícola por hora de trabalho, nos últimos 20 anos, enquanto o percentual de pessoas ocupadas em atividades agrícolas caiu de 27% para 12% do total. Diversas outras variáveis demográficas demonstram a tendência aparentemente irreversível do despovoamento das regiões rurais. As estatísticas são reveladoras e indicam processos de migração seletiva que permitem vislumbrar o futuro populacional do mundo rural, sendo discutidos em alguns textos do livro. Há uma perda sistemática de jovens mais escolarizados e, especialmente, há uma “fuga de mulheres”, pois as moças, por terem níveis de escolaridade mais elevados, são as primeiras a sair do campo, buscando alternativas de emprego e fugindo da precariedade geral, que é a marca dessas áreas. Também tem desabado o número de filhos por mulher, enquanto o número médio de adultos economicamente ativos por domicílio rural caiu de 1,5, em 1991, para 1,1 em 2010, conforme os censos. O abandono do campo passa por uma etapa intermediária, já que, entre aqueles anos, pulou de 23% para 41% a participação de membros das moradias rurais com trabalho não agrícola fora do estabelecimento. Com maior surpresa, em 2011, já atingia 12% a proporção de casais sem filhos nessas áreas – sendo inimaginável que essas diminutas famílias possam prosperar nas atividades agropecuárias –, quando também a oferta de força de trabalho para contratação se reduz e os salários rurais sobem. Segundo os censos, crescem somente as faixas etárias do topo da pirâmide, pois todas as demais faixas relativas aos mais jovens têm observado uma queda. Há um rápido e nítido processo geral de masculinização e de envelhecimento nas regiões rurais. São processos demográficos típicos, em especial, do Nordeste, que abriga atualmente 48% do total da população rural.

Sobre os *processos sociais*, estão obviamente presentes no livro, em diversos de seus capítulos, ainda que sejam examinados sob variadas nuances, segundo o olhar conceitual e empírico de cada autor. Um bloco de capítulos, por exemplo, analisa as chances da pequena produção rural em regiões com especificidades ecológicas salientes, como a Amazônia ou o Semiárido, enquanto outro capítulo discute os dilemas da sucessão familiar em estabelecimentos de menor porte no Sul do Brasil. Em outro bloco de artigos (Parte IV), os autores também comentam sobre aquelas chances de sobrevivência das famílias rurais mais pobres em uma agricultura que se moderniza tão intensamente (e também rapidamente) sob as pressões de um acirramento concorrencial inédito em nossa história rural. Nessa parte, três capítulos discutem, em particular, o “novo padrão” e seus impactos (usualmente negativos) sobre o mundo do trabalho, destacando a redução das oportunidades de ocupação nas regiões rurais brasileiras.

O desenvolvimento de sistemas agroindustriais torna crescentemente complexas as novas teias de relações entre produtores e diversos outros agentes privados que integram as cadeias e, de fato, tais sistemas gradualmente se tornaram a faceta principal das realidades práticas de uma agricultura agora determinada por interesses que são, predominantemente, urbanos. Mas esse é um fato que oferece os conceitos com base nos quais deveríamos analisar o mundo rural, inclusive porque os agentes mais fortes e determinantes da riqueza em produção (especialmente no tocante à sua distribuição) há muito deixaram de ser os produtores rurais. São temas abordados, em especial, nos 12 capítulos que discutem, particularmente, as duas teses principais antes referidas, estando esses capítulos incluídos nas partes II e III da publicação. Em todos os textos, existem preocupações analíticas e conceituais sobre os rumos do desenvolvimento agrário em nossos dias, pois os diversos mecanismos econômicos e financeiros, além dos requerimentos tecnológicos, no geral, conspiram contra a sobrevivência dos pequenos estabelecimentos rurais. Por essa razão, a maior parte dos capítulos de ***O mundo rural no Brasil do século 21*** examina em maior profundidade os *processos econômicos e organizacionais*, pois esse é o foco decisivo atualmente. O setor agropecuário, nos últimos 30 anos, tem sido o fiador da economia brasileira, contribuindo decisivamente para garantir saldos comerciais e manter alguma saúde macroeconômica no País, produzindo massas de riqueza crescentes. Sendo o livro escrito, especialmente, por economistas, seria inevitável que o eixo

principal fosse o econômico-financeiro e sua materialização prática assentada nos ângulos produtivos e tecnológicos. A chave para esse entendimento está no artigo original e foi enfatizada em diversos capítulos do livro, podendo ser sintetizada na citação abaixo, na qual os autores definem a natureza desse “novo modo de acumulação”, com origens em um setor econômico que se transformou espetacularmente no período contemporâneo:

[...] o novo padrão introduz o capital em todas as suas modalidades no centro do desenvolvimento agrícola e agrário. Rebaixa, de certa forma, o papel da terra na medida em que a produção e as rendas agropecuárias passam a depender, crescentemente, dos investimentos em infraestrutura, máquinas, tecnologia e na qualificação da própria terra, além de investimento em recursos ambientais e nas próprias pessoas, que desta forma se transmutam em capital ambiental e humano. Os sistemas produtivos requerem volumes crescentes de capital de giro para operar em condições sustentáveis – econômica e ambientalmente – em contextos de crescente tensionamento concorrencial [...] (BUAINAIN et al., 2013, p. 110).

Como seria logicamente esperado, se as teses originais e sua discussão por inúmeros autores, seguindo-se perspectivas analíticas distintas, encontrarem comprovação empírica sustentada em arcabouços teóricos sólidos, as implicações serão amplas e em muitos âmbitos. Será preciso mudar quase tudo nos debates e compreensões sobre o mundo rural, pois o mundo das realidades práticas vai se tornando espantosamente distante do mundo das ideias e das interpretações. As Ciências Sociais interessadas nos processos sociais rurais, se lerem com atenção o livro ora tornado público, precisarão reagir com inovação interpretativa ao que está sendo sugerido pela maioria dos autores do livro. E quem sabe possamos, então, observar uma primavera analítica sobre um espaço da sociedade e uma atividade econômica ainda capturados por imagens do passado e interpretações que não mais correspondem à realidade prática da vida social no campo. Da mesma forma, a ação governamental, igualmente ainda ancorada no passado (e falsamente reconfigurada sob supostas inovações conceituais), também precisará se reinventar, caso queira promover, de fato, um desenvolvimento rural que possa atender às necessidades urgentes das maiorias sociais que moram nas regiões rurais, impedindo o rápido esvaziamento do campo e o impressionante processo de concentração da produção agropecuária ora em curso. Até mesmo a pesquisa propriamente agrônômica precisará ser modificada, se forem comprovadas as tendências apontadas no livro – esse seria um fascinante e

desafiador tema à parte, que merece discussão igualmente urgente, mas em outro âmbito institucional.

Esse foi um brevíssimo comentário-apresentação sobre a história desse livro extenso e grande. Tornar-se-á também um “grande livro” com o tempo? Se for assim, que essa avaliação resulte das reflexões e dos debates mantidos entre os colegas da comunidade de estudiosos e interessados no mundo rural brasileiro. Se o livro estimular novas discussões e fomentar análises inovadoras que nos permitam avançar em nossa compreensão sobre os processos sociais rurais, certamente terá sido um esforço recompensador.

REFERÊNCIAS

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 105-121, abr./jun. 2013.

MIELE, M.; MIRANDA, C. R. de. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. (Org.). **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro**: ganhar tempo é possível? Brasília, DF: CGEE, 2013. p. 201-229.

Trabalho recebido em 14 de julho de 2014 e aceito em 12 de agosto de 2014